

INOVAÇÃO INCLUSIVA COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA PORTUGAL: NOTAS PRELIMINARES

TARTARUGA, Iván G. Peyré

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
itartaruga@letras.up.pt

Resumo: Na Europa, o tema do crescimento inclusivo está presente em diversas políticas comunitárias como na Estratégia Europa 2020 ou na Especialização Inteligente. Nesta última, apontando-se a necessidade da promoção de uma economia inteligente, inclusiva e sustentável ambientalmente, sobretudo, para os países e regiões menos desenvolvidos. Para Portugal essa temática não poderia ser mais pertinente, pois o país apresenta indicadores de risco de pobreza ou de exclusão social que merecem atenção. Nesse contexto, a geração de inovações técnicas (produtos e serviços) voltadas aos estratos excluídos da população e aquelas inovações em que esses estratos participam na sua criação (em parceria com outros agentes), conhecidas como inovações inclusivas, cumprem um papel importante no crescimento económico. Assim, as políticas de desenvolvimento que reúnam inclusão com processos de inovação são aquelas que têm maior hipótese de sucesso nas regiões menos desenvolvidas. O objetivo deste texto é discutir algumas possibilidades de desenvolvimento territorial vinculadas às inovações inclusivas em Portugal. Além disso, almeja-se mostrar a existência de agentes e de condições estruturais para a formatação de um sistema de inovação inclusiva, tanto no âmbito nacional como nas diferentes regiões, no qual se destaca a rede de universidades portuguesas. Por fim, vislumbram-se possibilidades concretas de desenvolvimento inclusivo em diversas áreas, como na agricultura (*agri-food*), informática e empreendimentos emergentes no meio urbano.

Palavras-chave: Inovação inclusiva; desenvolvimento territorial, Portugal

1. Introdução

O problema da exclusão económica de parcelas significativas da população encontra-se, especialmente, em países menos desenvolvidos, mas, também, em diversas partes do mundo desenvolvido, situação que agudiza as desigualdades entre pessoas e regiões, impedindo, conseqüentemente, a coesão social tão necessária para o desenvolvimento socioeconómico. Em termos geográficos, na Europa pode-se falar de regiões “esquecidas” ou “deixadas de lado” pelas políticas de desenvolvimento, estas direcionadas, principalmente, às grandes e dinâmicas aglomerações urbanas (Rodríguez-Pose, 2018). Segundo esse autor, a estagnação económica e a falta de oportunidades nessas regiões, geralmente, rurais, são geradoras de descontentamentos crescentes com governos (nacionais), Comissão Europeia, entre outras instituições, o que explica, em parte, o surgimento e fortalecimento de contestações de carácter populista e/ou extremistas, como por exemplo na votação do Brexit no Reino Unido ou nas eleições presidenciais austríacas em 2016.

Nesse sentido, a União Europeia (UE) vem inserindo, principalmente, após a Crise Financeira de 2008, iniciativas de promoção do crescimento inclusivo em suas políticas comunitárias, como na Estratégia Europa 2020 e na Especialização Inteligente. Em Portugal, essa problemática mostra-se evidente, por exemplo, em indicadores, de 2017, como na percentagem elevada de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social (23,3%), um pouco acima da média da Europa (22,4%) e tendo 18 países da região em melhor situação (Eurostat, 2019).

Além disso, o problema da exclusão enfrenta o momento atual de grandes mudanças tecnológicas em escala global (Pérez, 2004; Schot & Kanger, 2018; entre outros), o que influi na capacidade de inclusão das políticas tanto em termos negativos (desestruturação de setores económicos tradicionais) como de oportunidades (criação de novos setores). Nesse contexto, as oportunidades, provavelmente, surgirão da confluência entre inovação, inclusão e sustentabilidade ambiental. Tal configuração acaba, também, alterando os fatores que influenciam o desenvolvimento territorial. Além dos clássicos fatores sociais (desenvolvimento social), económicos (crescimento económico) e do enfrentamento dos desequilíbrios territoriais (coesão territorial), têm-se os que adquiriram importância e reconhecimento nas últimas décadas, da sustentabilidade (desenvolvimento sustentável) e tecnológicos (desenvolvimento tecnológico).

Este ensaio visa debater o desenvolvimento territorial, em termos genéricos, e as suas possibilidades de realização ligadas à inclusão e à inovação considerando a realidade portuguesa. Esta discussão será pautada pela noção de inovação inclusiva. Para alcançar esse objetivo, o texto possui mais três partes, uma discutindo o conceito de desenvolvimento territorial, posteriormente, uma abordando a noção de inovação inclusiva e, finalmente, as conclusões.

2. Desenvolvimento territorial: mudanças tecnológicas e sustentabilidade

Atualmente, o mundo passa por um momento de mudanças tecnológicas, igualmente, importantes como foi em períodos anteriores, como na Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, no início da era dos automóveis e da produção em massa no início do século XX ou mesmo na era da informática e das telecomunicações no início da década de 1970; nos ciclos de meio século das “Revoluções Tecnológicas” (Pérez, 2004). Porém, outros autores (Schot e Kanger, 2018) identificam este momento como mais impactante e relevante do que os anteriores, uma “Transição Profunda” que definiria uma alteração nos padrões tecnológicos, sociais e económicos com respeito aos últimos 250 anos (desde a Revolução Industrial).

Uma das principais características dessa Transição Profunda é sua relação com a sustentabilidade ambiental (Schot e Kanger, 2018), em razão, sobretudo, de problemas em escala global como o das mudanças climáticas, talvez um dos mais prementes (IPCC, 2019). Por isso, o foco

em tecnologias eficientes e ecológicas, energias renováveis (solar, eólica, etc.), economia circular, entre outras.

Nesse contexto, a UE mostra grande potencial de assumir uma liderança tecnológica em termos de crescimento “verde” (Mazzucato e Pérez, 2014). A região apresenta uma característica importante para os processos de inovação tecnológica mais radicais, o papel estratégico e essencial do Estado de incentivador (do setor privado) e, principalmente, de realizador direto desses processos (Mazzucato, 2014).

Por outro lado, como acontece em todos os períodos de mudanças tecnológicas de grande dimensão, como o que está em andamento, apresentam-se mecanismos de inclusão-exclusão de setores ou indústrias (a destruição criativa) que acabam por gerar desigualdades entre países e regiões (Pérez, 2004). Ademais, pelo seu lado negativo, a falta de inclusão de parcelas da população, na mudança tecnológica em curso, pode impedir o progresso da própria mudança. Esses obstáculos às novas tecnologias podem vir de diferentes setores, desde o empresarial (indústrias já estabelecidas e prósperas que utilizam tecnologias tradicionais) e sindical (sindicatos das indústrias anteriores), até o social e o político (contestações de caráter populista e conservadoras).

A apropriação tecnológica dos territórios é outro elemento importante para o desenvolvimento que diz respeito à capacidade das regiões de gerar as técnicas adaptadas às suas respectivas realidades (Kaplinsky, 2011). Sendo, esta discussão, mais pertinente às regiões menos desenvolvidas, estas, geralmente, dependentes dos países desenvolvidos.

Em função dos argumentos anteriores vem a necessidade de uma noção de desenvolvimento territorial mais abrangente que considere as seguintes dimensões:

- Bem-estar social (desenvolvimento social),
- Competitividade económica (crescimento económico),
- Diminuição dos desequilíbrios territoriais (coesão territorial),
- Sustentabilidade ambiental (desenvolvimento sustentável) e
- Apropriação tecnológica (desenvolvimento tecnológico).

3. Inovação inclusiva: conceito e políticas

Para enfrentar a problemática atual do desenvolvimento territorial e das mudanças tecnológicas parece conveniente utilizar o conceito de inovação inclusiva, que são aquelas inovações (de produto ou de processo) desenvolvidas, especificamente, para populações de baixo rendimento e/ou escolarização (Heeks *et al.*, 2013). Esse tipo de inovação já vem servindo de base para políticas em alguns países como China, Índia, Tailândia, entre outros.

As políticas de inovação inclusiva são as mais adequadas para as regiões menos desenvolvidas, pois possuem mais possibilidades de promover o desenvolvimento territorial discutido aqui. Efetivamente, esta inclusão proporciona oportunidades interessantes do progresso e da interação entre os três diferentes tipos de conhecimento, apontados por Asheim (2018), para uma trajetória de desenvolvimento: analítico, sintético e simbólico. O conhecimento analítico é aquele com base no conhecimento científico (busca de entendimento fundamental); o sintético, aquele baseado no trabalho de produção, sobretudo, industrial e, portanto, pragmático (preocupado com o uso); e o simbólico, aquele apoiado em elementos intangíveis como significados culturais, qualidades estéticas e símbolos (base na arte). Ressalta-se as possibilidades de progresso tecnológico ao estabelecer relações entre os diferentes tipos de conhecimento para inovar.

Em geral, os processos de inovação são, fundamentalmente, cumulativos e coletivos, não sendo diferentes para as inovações inclusivas. Demonstração do seu carácter cumulativo, as inovações mais importantes foram realizadas por meio de investimentos de longo prazo – o que ressalta o papel da tradição (história) (Edgerton, 2007) –, advindos, principalmente, de estruturas público-estatais – o papel do Estado (Mazzucato, 2014). De outro lado, o carácter coletivo evidencia-se na ubiquidade da cooperação nos processos inovadores entre diferentes atores (empresas, universidades, governos, etc.). Aqui deve-se enfatizar, também, o papel das inovações sociais no sentido do estabelecimento de novas relações sociais cooperativas entre os diversos agentes (económicos sociais e políticos) (Tartaruga, 2016).

Especificamente para as políticas de inovação inclusiva, um campo muito promissor é o da contribuição das universidades como âncoras para essas políticas no sentido de promover o relacionamento entre os conhecimentos analítico, sintético e simbólico, este último proveniente de estratos populacionais de baixo rendimento. Por isso falar em “universidade para o desenvolvimento” (Arocena, Göransson e Sutz, 2015).

Em termos de políticas de inovação inclusiva, apresentam-se as diversas possibilidades de aplicação através da “escada de inovação inclusiva” (Heeks *et al.*, 2013), iniciando nas propostas menos complexas e aumentando gradativamente, cujos principais degraus são:

- Inclusão de intenção,
- Inclusão de consumo,
- Inclusão de impacto (os estratos de população atingidos pela inovação) e
- Inclusão de processo (em que, os “excluídos” participam, diretamente, em pelo menos uma das fases de inovação técnica – invenção, design, desenvolvimento, produção e distribuição).

4. Considerações finais

O atual momento de mudanças tecnológicas, no mundo, desafia países e regiões a adotar e construir as estruturas científicas e tecnológicas adequadas às suas respectivas realidades e necessidades. Além da consideração das problemáticas globais (mudanças climáticas, crises económicas, entre outras), os lugares devem estabelecer políticas industriais e de inovação voltadas, entre outros objetivos, a inclusão de parcelas significativas da população. Caso contrário, esses intentos poderão fracassar pela própria força impeditiva advinda dos estratos excluídos em termos políticos, e de insuficiências no mercado (consumo) e na mão-de-obra qualificada. Por essa razão, torna-se importante a promoção de estratégias de desenvolvimento territorial na direção das inovações inclusivas.

Por conseguinte, verificam-se possibilidades concretas de desenvolvimento de inovações inclusivas em algumas áreas da economia portuguesas como, por exemplo, na informática, no setor agroalimentar (*agri-food*) e nos empreendimentos urbanos emergentes (culturais, gastronómicos, na moda, etc.). Principalmente, considerando-se a estrutura universitária nacional, com diversos cursos, grupos de investigação, laboratórios, etc., espalhados pelo país. Junto a isso, deve-se olhar, também, as oportunidades de cooperação com instituições europeias como universidades e políticas de desenvolvimento (Horizonte 2020, Especialização Inteligente e fundos europeus).

5. Bibliografia

- Arocena, R., Göransson, B., & Sutz, J. (2015). Knowledge policies and universities in developing countries: Inclusive development and the “developmental university”. *Technology in Society*, 41, 10-20.
- Asheim, B. (2018). Smart specialisation, innovation policy and regional innovation systems: what about new path development in less innovative regions?. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 32(1), 8-25.
- Edgerton, D. (2007). *Innovación y tradición: Historia de la tecnología moderna*. Barcelona: Crítica.
- Eurostat (2019). Percentage of people at risk of poverty or social exclusion, 2017 [Table]. Consultado em https://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&pcode=t2020_50&language=en (acedido a 9 set 2019).
- Heeks, R., Amalia, M., Kintu, R., & Shah, N. (2013). Inclusive Innovation: Definition, Conceptualisation and Future Research Priorities. *Development Informatics Working Paper Series*, Manchester, 53, 1-28.
- Kaplinsky, R. (2011). Schumacher meets Schumpeter: Appropriate technology below the radar. *Research Policy*, v. 40(2), 193-203.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (2019). *Climate IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems: Summary for Policymakers*. London: IPCC.
- Mazzucato, M. (2014). *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin.
- Mazzucato, M., Pérez, C. (2014). Innovation as growth policy: the challenge for Europe. *SPRU Working Paper Series*, 2014(13), 1-28.
- Pérez, C. (2004). *Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza*. México (DF): Siglo XXI Editores.

Rodríguez-Pose, A. (2018). The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 11(1), 189-209.

Schot, J., Kanger, L. (2018). Deep transitions: Emergence, acceleration, stabilization and directionality. *Research Policy*, 47(6), 1045-1059.

Tartaruga, I. G. P. (2016). Innovaciones sociales e inclusivas: límites y posibilidades para el desarrollo territorial en el contexto de la globalización. In C. A. R., Miranda, M. C. H., Moreno, F. H., Tapia, & A. P., Sánchez (Coords), *Gestión territorial para el desarrollo rural: construyendo un paradigma*, (pp. 207-227). Ciudad de México: Juan Pablos Editor. Consultado em <https://drive.google.com/file/d/0B8xtj7rx6QofUmkNTJ3NmUxMGM/view>